



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
12 de dezembro
de 2019



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Cidades			
DATA	12 / 12 / 2019	PÁG.	2

Índios ocupam prédio pelo 3º dia e ameaçam interditar rua na Jordoa

Mais dois índios chegaram para reforçar o movimento de ocupação; grupo anunciou que vai fazer um protesto em frente ao prédio do Distrito Sanitário Indígena; eles estão exigindo a construção de uma casa de saúde

Um grupo composto por 47 índios continua ocupando o prédio do Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão, localizado no bairro Jordoa, em São Luís, em protesto por melhorias nas aldeias dos povos Geralda de Toco Preto e Uruçu Juruá, da cidade de Itaipava de Grajaú/MA. Eles estão aguardando a chegada de mais 200 membros da etnia Guajajara, para reforçar o movimento. E também prometeram interditar a Rua 5 de Janeiro, caso suas reivindicações não sejam atendidas.

Nesta quarta-feira, 11, chegaram mais dois índios da Geralda Toco Preto, para aumentar o grupo que está acampado no Distrito Sanitário, segundo informado pelo cacique Cássio Timbira. Os indígenas estão no local desde o último dia 9, quando vieram em duas vans do município de Itaipava de Grajaú. No pátio, eles montaram redes de descanso. Alguns estão posicionados na recepção, por onde passam os funcionários.

Membro da Geralda de Toco Preto, Cássio Timbira disse que está pedindo ao Governo do Estado a compensação financeira, pois gastaram com transporte e alimentação para se manterem no prédio. Somente em locomoção, o valor é de R\$ 5 mil, como o cacique frisou. "Nós estamos reivindicando o que é um direito básico de sobrevivência. Nas aldeias, as condições estão precá-



Índios reclamam da ausência de uma casa de saúde, pois a única existente fica muito longe das aldeias

rias. Queremos melhorias. Não é um favor que estamos pedindo. É obrigação do Estado oferecer condições de vida às pessoas", declarou.

Reivindicações

Os índios estão exigindo a construção de uma casa de saúde, pois as comunidades não possuem. Quando adoecem, eles se deslocam pa-

ra a parte urbana de Itaipava de Grajaú. A distância, dependendo do povo, varia de 25km a 50km. O cacique José Amorim Guajajara, da Uruçu Juruá, disse que o caminho até as unidades hospitalares é repleto de obstáculos, o que dificulta o tráfego de veículos.

"Nós somos 1.500 pessoas, em 19 aldeias. O território da Geralda é

composto por 4 aldeias, com aproximadamente 320 pessoas. A distância até a cidade é muito grande. Demora muito. É capaz até do paciente morrer no percurso", expressou o cacique. Ele pontuou que existe apenas uma escola em Uruçu Juruá, mas a estrutura é precária. As paredes estão desgastadas, de acordo com José Amorim.

"Os alunos estão sem estudar. Eles pararam no Ensino Fundamental, porque não tem espaço para o ensino médio. Isso é um absurdo", desabafou a liderança indígena. Outra reclamação é sobre a energia elétrica, pois o fornecimento só ocorre em algumas aldeias. Quando anoitece, os locais ficam praticamente na escuridão. A iluminação fica por conta de lamparinas e fogueiras.

Além disso, os índios pedem água encanada, uma vez que o abastecimento é inexistente em algumas aldeias dos dois povos.

Promessa de interdição

Caso a situação nas aldeias não seja resolvida, os índios anunciaram que vão interditar a Rua 5 de Janeiro na Jordoa, na manhã de hoje, 12. Essa manifestação será feita com o reforço de mais 200 indígenas que devem chegar a São Luís vindos de Itaipava de Grajaú. "Vamos fechar tudo aqui. Não vai passar nenhum veículo. E também vamos ocupar esse prédio por completo, para que o atendimento seja interrompido. Vamos fazer isso para que o Estado olte para os nossos povos, que precisam desses investimentos", comentou Fábio Timbira.

Reunião

Uma reunião entre os índios e representantes do Governo do Estado aconteceu na terça-feira, no prédio

do Distrito Sanitário. Mas, segundo o grupo que ocupa o local, não houve avanço no diálogo. Dessa vez, ocorreria ontem, com outros convidados, como a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional maranhense (OAB/MA), Fundação Nacional do Índio (Funai) e Secretaria de Estado da Saúde (SES) - mas, não ocorreu.

Outros protestos

Não foi a primeira vez que índios de Itaipava de Grajaú se manifestam pedindo melhorias nas comunidades. Em setembro de 2015, eles reivindicaram avanços na infraestrutura da única escola existente na região, que reúne cerca de 350 indígenas, entre crianças e jovens. O grupo pedia material de estudo e assentos para os estudantes, pois os alunos estavam assistindo às aulas sentados no chão.

Também foi reclamado sobre a qualidade da merenda escolar. Na época, o professor Fábio Timbira expressou que os alunos estavam há quatro meses sem lanches na unidade de ensino. "A merenda escolar aqui ela atrasa. Passa até quatro meses sem vir. Esse ano a gente já recebeu uma parte porque foi atrás", declarou o docente.

O Estado manteve contato com o Governo do Estado, mas, até o fechamento desta edição, não houve resposta. ■

Mais sobre índio em Polícia 10



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	12 / 12 / 2019	PÁG.	4

Força Nacional chega e inicia patrulhamento em área de conflitos

Contingente ficará na área da Terra Indígena Cana Brava, em Jenipapo dos Vieiras, onde dois caciques foram mortos, até dia 8 de março de 2020

NELSON MELO
Da equipe de O Estado

Agentes da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) já estão no Maranhão para reforçar o patrulhamento na Terra Indígena Cana Brava, na cidade de Jenipapo dos Vieiras, onde dois caciques foram mortos a tiros no último fim de semana. O comboio saiu de Brasília, no Distrito Federal (DF), na segunda-feira, após portaria emitida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), que autorizou o envio da tropa à região maranhense. Depois de instalarem uma base no local, na área de conflitos, o efetivo deslocado saiu em campo para as rondas.

Depois de percorrerem as rodovias em outros estados, o comboio entrou na BR-226, na cidade maranhense de Porto Franco e seguiu até Jenipapo dos Vieiras. O efetivo chegou à Terra Indígena Cana Brava por volta das 16h desta quarta-feira, 11. No local, os agentes atuarão em conjunto com a Polícia Federal (PF), Fundação Nacional do Índio (Funai) e outros órgãos.

A PM está na região fazendo rondas, para evitar novos ataques, enquanto a Polícia Civil auxilia na investigação, como frisou o secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela.



Índios reunidos com os agentes na chegada da Força Nacional que seguiu para área de conflito

O Ataque

De acordo com a Funai, os índios estavam às margens da BR-226 logo depois de saírem da Aldeia Coquinho, onde lideranças indígenas participaram de uma reunião com representantes da Eletronorte, por volta das 12h30. O grupo tratou da compensação aos índios pela passagem do linha de energia elétrica dentro dos territórios indígenas. Firmino Silvino Guajajara morreu no local. Já Raimundo Bernice Guajajara morreu ao chegar à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Jenipapo dos Vieiras.

Um vídeo que circula nas redes sociais mostra um indígena identificado como "Nelsi" contou que foi surpreendido com a chegada de um

veículo de cor branca, cujo ocupante disparou várias vezes contra a motocicleta onde ele e Firmino Guajajara estavam. Outros dois índios foram atingidos pelos disparos.

Um dos índios foi atingido em uma das pernas. A motivação para o ataque ainda não foi esclarecida. No entanto, a Funai não descarta que o ataque possa ter relação com os assaltos que acontecem naquela região, na extensão da BR-226.

Portaria

Na portaria nº 890/2019, o MJSP autorizou o emprego da Força Nacional em apoio à Fundação Nacional do Índio nas ações de segurança pública para garantir a integridade física e moral dos povos indígenas, dos

servidores da Funai e dos demais cidadãos da região. A tropa permanecerá no território Guajajara por 90 dias, a contar do dia 10 de dezembro até o dia 8 de março de 2020.

A portaria estabelece que o contingente disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. Ademais, o prazo de apoio prestado poderá ser prorrogado, se necessário. Caso a renovação não seja solicitada pelo órgão demandante, o efetivo será retirado imediatamente após o vencimento do documento que autorizou o envio da tropa da Força Nacional de Segurança Pública à região. ●

Integra em oestadom.com/477284



Droga apreendida por policiais do Piauí na cidade de Timon

Polícia apreende em Timon mais de uma tonelada de cocaína

Droga seria conduzida em duas aeronaves para Fortaleza, de onde seguiria para a Europa

Considerada a maior apreensão de cocaína da história do Piauí, a Polícia Civil, com o apoio do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope-PI), localizou 1.100 toneladas da droga, avaliada em R\$ 25 milhões, em Teresina, capital piauiense, na terça-feira, 10. Durante a operação, foram recolhidos um helicóptero, modelo "Esquilo", e um avião bimotor, em um aeroporto privado na cidade maranhense de Timon. O entorpecente seria colocado nas aeronaves, para ser levado até Fortaleza, no Ceará, onde, provavelmente, iria ser embarcado em direção à Europa.

A O Estado, o delegado Luciano Alcântara, da Delegacia de Prevenção e Repressão aos Entorpecentes (Depre), confirmou que as aeronaves foram apreendidas no aeroporto privado em Timon. O helicóptero e o bimotor, depois de localizados na cidade maranhense, foram levados o hangar do Governo do Piauí. Segundo ele, as investigações continuam, uma vez que a quadrilha de traficantes é interestadual. A operação foi realizada

pelo Grupo de Repressão ao Crime Organizado (Greco), em conjunto com a Divisão de Operações Especiais (DOE), Bope/PI e Depre.

Europa como destino

De acordo com o secretário de Segurança Pública do Piauí, Fábio Abreu, os traficantes chegaram ao estado nas duas aeronaves e depositaram a cocaína na capital. Na cidade, o grupo se hospedou em hotéis e quinetes, para não chamar atenção da polícia. Os criminosos embarcaram a droga no helicóptero e no bimotor, com destino a Fortaleza.

Em seguida, a cocaína seria embarcada em navios com destino a Europa, conforme o secretário. "Supostamente, o nosso Estado, estava servindo de suporte para essa quadrilha guardar esse material, que seria levado para Fortaleza e em seguida para o exterior", frisou Fábio Abreu. O delegado Cadená Júnior, coordenador da Depre, disse que, provavelmente, a droga veio da Bahia. ●

Integra em oestadom.com/477274



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
JORNAL PEQUENO				
EDITORIA				
Atos, Fatos e Baratos				
DATA	12 / 12 / 2019	PÁG.	2	

TJMA

Judiciário empossa Mesa Diretora para mandato tampão

DIVULGAÇÃO



Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Joaquim Figueiredo, Lorival Serejo e Marcelo Carvalho, tomaram posse, nesta quarta-feira (11), nos cargos de presidente, vice-presidente e corregedor-geral da Justiça, respectivamente.

Na solenidade, o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, foi empossado pelo decano da Corte de Justiça, desembargador Bayma Araújo, fato inédito no Poder Judiciário.

A Mesa Diretora – mantida com os atuais membros dirigentes do biênio 2018/2019 – foi eleita no dia 20 de março, por unanimidade, pelos desembargadores da Corte estadual, para mandato tampão de 20 de dezembro de 2019 a 24 de abril de 2020.

Na solenidade, os desembargadores eleitos prestaram os juramentos de compromisso para o exercício dos cargos, perante o decano, desembargador Bayma Araújo. Os termos de posse foram lidos pelo diretor-geral do Tribunal de Justiça, Mário Lobão.

Na oportunidade, o desembargador Bayma Araújo, afirmou que se trata de uma data importante para a Justiça no Estado, “uma vez que, com a permanência dos membros dirigentes, será possível garantir a continuidade a uma gestão institucional que até agora se mostrou profícua e positiva para a sociedade e para a Justiça maranhense”, assinalou o decano da Corte, desembargador Bayma Araújo.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Joaquim Figueiredo, ratificou o compromisso do Poder Judiciário de manter uma relação de proximidade com a sociedade, de forma a fortalecer a Justiça e garantir uma eficiente prestação jurisdicional, dando incondicional apoio aos magistrados na tarefa de julgar com eficiência e rapidez. O desembargador Joaquim Figueiredo agradeceu a Deus, aos seus familiares, aos eminentes pares e a toda família judiciária pela confiança nele depositada.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
JORNAL PEQUENO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	12 / 12 / 2019	PÁG.	12

Empresário Pedro Telles é preso em São Luís por crime ocorrido em 1997

AIDÉ ROCHA
ESPECIAL PARA O JP

Foi preso, nessa quarta-feira (11), pela Polícia Civil, o empresário Pedro Telles, filho do ex-prefeito Nenzim, de Barra do Corda, e irmão do deputado estadual Rigo Teles. Contra ele, havia um mandado de prisão por sentença condenatória pela morte do trabalhador rural Miguel Pereira Araújo, ocorrida em 1997, na cidade de Barra do Corda. A prisão ocorreu no apartamento dele, localizado no bairro do Renascimento, em São Luís. De acordo com a polícia, Pedro Telles foi encontrado após informações repassadas através do disque denúncia.



Pedro Telles foi preso em São Luís em cumprimento a mandado de prisão por sentença condenatória.

DIVULGAÇÃO

O empresário, que foi condenado a 21 anos de prisão, seria, segundo as investigações, o mandante do assassinato do trabalhador rural mais conhecido como "Miguelzinho". O motivo do crime teria sido uma invasão feita pela vítima nas terras de Pedro Telles. Pela morte, Moisés Alexandre Pereira e Ramonildo Pereira, acusados pela execução da vítima, também foram condenados a cumprir 17 anos de prisão cada um.

Até outubro deste ano, o sentenciado respondia a condenação em liberdade, mas um novo mandado expedido pela 4ª vara do Tribunal de Juri determinou a prisão de todos os envolvidos.

Jovem é preso pela PM após ser agredido por populares

Policiais militares do Batalhão Tiradentes prenderam Francisco Matheus Vieira Frazão, de 18 anos, após uma tentativa de assalto, na avenida Jerônimo de Albuquerque, no bairro do Angelim. Conforme a polícia, a equipe realizava abordagens em coletivos quando foi informada sobre um suposto assalto na localidade. Ao chegar ao local,

verificou que várias pessoas estavam agredindo o suspeito. Com ele, que havia tentado cometer assaltos a pessoas na região, os policiais apreenderam um revólver calibre 32, da marca Taurus. Francisco foi conduzido ao Socorrido do Cohatrac, onde recebeu atendimento médico, e após liberado foi encaminhado ao Plantão de Flagrantes. (AR)



Francisco Matheus tentou cometer assaltos no Angelim e foi agredido por populares.

DIVULGAÇÃO/PM

Homem é morto durante assalto na cidade de Timon

Irineu Oliveira dos Santos, de 42 anos, morreu, na noite de terça-feira (10), durante um assalto que ocorreu em sua própria residência, localizada no bairro Cícero Ferraz, na cidade de Timon. A Polícia Militar foi acionada por populares, que informaram sobre uma pessoa atingida a tiros dentro de casa naquela localidade. As testemunhas também relataram que ele teria sido vítima de assalto. Quando chegou ao local, os policiais solicitaram o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), que constatou que a vítima já estava sem vida. O crime está sendo investigado pela Delegacia de Homicídios de Timon. Não foi informado, até o momento, o que os assaltantes levaram da vítima. (AIDÉ ROCHA, ESPECIAL PARA O JP)

DIVULGAÇÃO/PC



Clovis Sousa é apontado como autor da morte de adolescente índio em Arame.

Capturado suspeito pela morte de índio em Arame

Foi preso, em cumprimento a mandado de prisão preventiva, na terça-feira (10), Clovis Sousa Guajajara. Ele é suspeito de assassinar o indígena José Rosa Avelino Guajajara, de 14 anos. O crime ocorreu dia 1º de dezembro deste ano, na Aldeia Cururu, zona rural da cidade de Arame. De acordo com a polícia, durante as investigações acerca do crime, chegou-se ao nome do suspeito. Também foi localizado o pedaço de madeira, que foi objeto usado no assassinato. A vítima era filho de um cacique da região. Não há informações sobre a motivação do crime. O preso foi capturado e, em seguida, levado à Unidade Prisional de Ressocialização de Grajaú, onde ficará à disposição da Justiça. (AR)

Apontado como autor de homicídio é localizado em Santa Inês

A Polícia Civil do Estado do Maranhão, por meio da 7ª Delegacia Regional de Santa Inês, efetuou a prisão de Darlan dos Santos Moraes, de 23 anos, natural de Buriticupu, mediante cumprimento a Mandado de Prisão expedido pela 2ª vara da comarca de Buriticupu. Ele foi capturado ontem (11), por volta das 14h, na Rua do Comércio, no bairro Alto do Olegário, Santa Inês, pelo crime de homicídio. Após informação recebida via WhatsApp denúncia, que um rapaz teria cometido um homicídio na cidade de Bom Jardim e estaria escondido em uma residência na Rua do Coureiro, em Santa Inês, a Polícia Civil iniciou monitoramento e localizou Darlan dos Santos Moraes. Que após sua abordagem, foi conduzido para a Delegacia Regional de Santa Inês e após verificação de sua vida progressa, foi constatado um mandado de prisão em aberto, pela prática de homicídio, pela comarca de Buriticupu. Após procedimentos de praxe, foi dado cumprimento ao mandado de prisão e ele foi encaminhado para o Sistema Penitenciário Estadual, onde ficará à disposição da justiça e a Delegacia de Bom Jardim continuará com as investigações desse suposto homicídio denunciado.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Política					
DATA	12 / 12 / 2019	PÁG.	3		

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Aprovado orçamento do Governo para 2020

Orçamento estima uma receita no valor de R\$ 19.959.908.806,00 (dezenove bilhões, novecentos e cinquenta e nove milhões, novecentos e oito mil e oitocentos e seis reais).

O Projeto de Lei 484/2019, encaminhado à Assembleia Legislativa pelo governador Flávio Dino, contempla todos os setores da administração pública, como também prevê recursos para o pagamento dos servidores em geral, especialmente dos pensionistas e aposentados, no exercício de 2020.

Na Mensagem Governamental 081, encaminhada ao Poder Legislativo, o governador Flávio Dino reafirma a política de austeridade fiscal e explica os principais aspectos considerados para a elaboração do projeto, que estima receita e fixa a despesa do Estado do Maranhão para 2020.

Ao apresentar o Projeto de Lei 484/2019, na Mensagem Governamental, Flávio Dino explica que o projeto do Orçamento, formulado em consonância com o Projeto de Lei do Plano Plurianual – PPA 2020/2023, compreende a programação dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e dos Investimentos das Empresas nas quais o Estado do Maranhão detém a maioria do capital social, abrangendo as ações de todos os órgãos e entidades dos três Poderes.

O governador Flávio Dino, na sua Mensagem à Assembleia Legislativa, afirma que “o último quadriênio tem sido marcado por uma grave crise econômica e política, que reduziu a qualidade de vida dos brasileiros, possibilitando o retorno do desemprego, dentre outros problemas sociais”.

Na justificativa do projeto, o governador argumenta ainda que, “diante deste difícil cenário, o Maranhão tem sido, nos últimos quatro anos, um dos

poucos Estados do país que conseguiram enfrentá-lo sem abrir mão da expansão dos serviços públicos, investindo em infraestrutura, melhorando diversos indicadores, em especial nas áreas da educação e segurança. As taxas de investimento público do Maranhão, em face da Receita Corrente Líquida, estão entre as mais altas do país, dado que sublima o enorme esforço que tem sido feito”.

Na Mensagem, Flávio Dino afirma ainda que, desde que assumiu o Governo do Estado, vem adotando um conjunto de medidas que combinam a responsabilidade fiscal e social com o objetivo de reduzir as desigualdades, melhorar a qualidade de vida dos maranhenses, sem comprometer o equilíbrio das contas públicas.

Defesa do projeto

O líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Rafael Leitoa (PDT), ocupou a tribuna, durante o encaminhamento da votação da matéria, para defender o projeto.

Ele explicou que tanto o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2020/2023 quanto o Projeto da Lei Orçamentária Anual 2020 apresentam uma projeção que organiza políticas públicas e relaciona todos os programas, ações e metas da administração estadual.

O deputado Rafael Leitoa foi enfático ao afirmar que, mesmo com a crise financeira, o Maranhão tem mantido o aumento de investimentos em áreas prioritárias como Saúde, Educação e Segurança. O líder do governo frisou

que “o atual cenário de incertezas na economia nacional impõe vários desafios aos Estados”.

Saúde

Na Saúde, o valor previsto chega a mais de R\$ 2,34 bilhões, o que permitirá manter o funcionamento dos dez grandes novos hospitais que o Governo do Maranhão abriu desde 2015, além de gerir diversas outras unidades espalhadas pelo Estado.

A Educação chegou ao montante previsto de R\$ 2,76 bilhões, sem contar o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UemaSul), que tiveram aumentos expressivos.

Para o IEMA, a elevação foi de 7,7%, chegando a um total de R\$ 221 milhões. Já para as universidades, o aumento foi ainda mais expressivo: 35,7% pra a UemaSul e 35,5% para a Uema. Juntos, os dois orçamentos somam R\$ 721 milhões.

O líder do governo, Rafael Leitoa, argumentou que, de acordo com a Mensagem Governamental, o Plano Plurianual foi concretizado a partir de diálogo com todas as regiões do estado, quando, seguindo a diretriz do governador Flávio Dino, equipes da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (Seplan) e da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop) estiveram em todas as regiões do Maranhão ouvindo da população as prioridades para cada território.